



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

NICOLY SOARES LEITE

**A EDUCAÇÃO DE SURDOS E SURDOS COM OUTRAS DEFICIÊNCIAS
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL**

Brasília
2025

NICOLY SOARES LEITE

**A EDUCAÇÃO DE SURDOS E SURDOS COM OUTRAS DEFICIÊNCIAS NAS
ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Liège Gemelli Kuchenbecker

Brasília-DF
2025

Esta folha destina-se à inserção da **FICHA CATALOGRÁFICA** que o autor receberá após as correções do trabalho pela biblioteca. Para a construção da ficha o(a) autor(a) deverá entrar no site da biblioteca pelo link <https://bce.unb.br/elaboracao-de-fichas-catalograficas/>

CIP - Catalogação na Publicação

LL533e	<p>Leite, Nicolý Soares. A educação de surdos e surdos com outras deficiências nas escolas públicas do Distrito Federal / Nicolý Soares Leite;</p> <p>Orientador: Liège Gemelli Kuchenbecker . Brasília, 2025. 46 f.</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Pedagogia) Universidade de Brasília, 2025.</p> <p>1. surdo. 2. surdo com outras deficiências . 3. ensino. 4. escolas públicas do Distrito Federal. 5. escolas com classes bilíngues e escolas bilíngues . I. Kuchenbecker , Liège Gemelli, orient. II. Título.</p>
--------	--

NICOLY SOARES LEITE

**A EDUCAÇÃO DE SURDOS E SURDOS COM OUTRAS DEFICIÊNCIAS NAS
ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito à obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Aprovado em 12 de Dezembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Liège Gemelli Kuchenbecker (Orientadora)
FE/UnB/TEF

Prof Roberto Augusto Nunes Gandulfo (Examinador)
Membro Interno- FE/ UnB

Profª Sheyla Macedo de Sousa (Examinador)
Membro Externo- SEEDF

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus que sempre está comigo.

Segundamente, a minha mãe que apoia os meus sonhos, ao meu pai que me ajudou durante o curso e aos meus familiares que me fortaleceram com palavras de encorajamento.

E a mim, que apesar das dificuldades não desisti e estou a cada dia buscando a minha melhor versão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus por ter me dado a oportunidade de realizar um sonho de ingressar na Universidade de Brasília (UnB). Um sonho que nasceu quando estava no ensino médio e que agora posso colher os frutos dele.

Quero agradecer a minha mãe e ao meu pai (Laudicelma e Reginaldo) que me apoiaram durante o curso, eles foram meu apoio emocional e financeiro trazendo segurança e tranquilidade durante meu percurso acadêmico. Minha mãe foi essencial durante esse período, pois me ajudou e deu conselhos acerca de temas pedagógicos e agora está abrindo meus horizontes e me incentivando para ingressar no mestrado.

Sou grata aos meus familiares, que vibrou comigo ao saber que fui aprovada na universidade e que, nos encontros de família, sempre pergunta como está a faculdade, oferecendo palavras de apoio.

Sou grata aos professores que passaram pela minha vida desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, eles foram a base para que eu pudesse ser quem sou hoje, cada professor foi fundamental, pois cada um deles deixou um pouco de si comigo, não apenas me ensinaram a ler ou escrever, mas também transmitiram valores e inspirações.

Agradeço às minhas amigas do ensino médio, que sonharam comigo e que hoje também estão concluindo suas graduações, parte na UnB e em outras faculdades. Seguimos cultivando nossa amizade, sempre apoiando e incentivando umas às outras.

Agradeço pelas amizades que construí ao longo do curso de pedagogia, pois tornaram essa jornada mais leve e especial.

Quero agradecer à professora Doutora Liège que me apresentou o caminho da pesquisa e pela confiança ao me convidar para integrar dois projetos, um de extensão (PIBEX¹) e outro de iniciação científica (PIBIC²), sendo este último parte integrante do meu Trabalho Final de Curso (TFC), sob sua orientação.

Por fim, quero agradecer a Universidade de Brasília pelo amadurecimento que me proporcionou e pelo amplo conhecimento que adquiri durante o tempo que estive vinculada ao curso. Quero retornar para UnB como aluna de mestrado e doutorado e, futuramente, fazer parte do quadro docente no cargo efetivo.

¹ Programa Institucional de Bolsas de Extensão.

² Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

“Lembre de Deus em tudo o que fizer, e Ele lhe mostrará o caminho certo.”

(Provérbios 3:6- NTLH)

MEMORIAL ACADÊMICO: DA EDUCAÇÃO BÁSICA À ESCOLHA DO CURSO

“Aqueles que passam por nós não vão sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.” (Antoine de Saint-Exupéry)

Início meu memorial acadêmico com a frase do autor do livro: Pequeno Príncipe, pois cada pessoa que passa por nossa vida nos ensina e leva algum aprendizado nosso e foi isso que aconteceu durante minha trajetória escolar. Mas antes de contar te convido a conhecer um pouco sobre mim.

Um pouco sobre mim

Nasci no dia 14 de fevereiro de 2003, dia do aniversário da minha avó paterna, ela conta que fui o presente de aniversário dela. Não fui a primogênita dos meus pais, mas fui a “caçula”.

Quando vim ao mundo meu irmão tinha dois anos de idade e minha mãe tinha medo de engravidar novamente, porém, quando nasci tornei o medo dela em um presente inesperado, a mesma afirma que foi um presente.

Ainda pequena, minha mãe trabalhava como monitora de ônibus escolar e meu pai como vigilante. Aos meus 8 (oito) anos de idade minha mãe ingressou na faculdade de pedagogia, já possuindo formação em Magistério e influenciada pela minha tia, que já era formada na área. Ao concluir a faculdade, trabalhou nas escolas públicas do Distrito Federal e eu ia com ela esporadicamente.

Na minha fase da adolescência ia mais vezes conhecer a realidade da sala de aula, não como aluna, mas como filha de professora, lembro que participei de reuniões pedagógicas e correções de atividades, e, foi aí que a paixão da pedagogia acendeu em mim.

Agora te convido a ler um pouco sobre a minha trajetória escolar, escolas em que estudei e lembranças marcantes em cada uma delas. Vale ressaltar que toda a minha educação se deu em escolas públicas do Distrito Federal, desde a educação infantil até o ensino superior.

Educação Infantil

Minha primeira escola foi o Jardim de Infância VI Comar, ao completar quatro anos de idade minha mãe me matriculou na escola que meu irmão estudava, ele era do segundo período e eu do primeiro período. Tenho algumas lembranças marcantes desta escola.

Lembro das minhas primeiras professoras, a primeira tinha o cabelo loiro e uma de suas aulas ficou marcada em minha lembrança, o dia que ela levou verduras para experimentarmos os sabores, lembro que comi um pedacinho de pimentão.

A segunda professora tinha o cabelo ruivo e nos ensinou a fazer soro caseiro, a observar os estados da água, a fazer a letra ‘a’ cursiva no quadro de giz, lembro das aulas de sombra (onde a sala estava escura e uma lanterna acesa, fazendo luz na parede), da aula que fizemos um experimento com cera de ouvido e do banho de mangueira.

Lembro de quando catava sementes vermelhas que caíam da árvore, quando brincava no carro vermelho que havia no pátio da escola, da casinha azul, dos parquinhos de areias e do emborrachado.

Recordo um pouco da rotina dessa época, era assim: ao chegar na escola as crianças ficavam no pátio e as professoras cantavam músicas infantis, depois íamos para sala, na hora do lanche a professora nos levava ao refeitório, depois era o parque, sala de aula novamente e depois a saída.

Ao completar seis anos de idade fui para a Escola Classe sabendo ler. Estudei no Jardim de Infância por dois anos.

Ensino Fundamental I

Na Escola Classe SHI Sul estudei na mesma sala que minha prima materna até o quarto ano, foi uma mistura de sentimentos, pois gostava da minha escola anterior. Como toda criança nas férias, ficava ansiosa para conhecer a nova escola, a qual meu irmão já estudava e para comprar os materiais escolares.

Nessa época, como mencionado anteriormente, minha mãe era monitora do escolar que me levava para a escola e como surgiu a oportunidade de eu estudar em um instituto próximo a escola, ela decidiu me matricular (não lembro ao certo se foi aos meus 6 ou 7 anos), minha rotina nesta instituição era assim: tomava café da manhã, fazia os deveres de casa, brincava, tomava banho e almoçava, durante a semana tinham aulas de yoga e culinária e quando eram datas comemorativas ganhava brinquedos ou chocolate. Depois do instituto, o ônibus escolar me levava para a escola.

Ao chegar na escola, a diretora cantava músicas no pátio. Depois, íamos para a sala fazer os deveres, brincar no recreio, lanche, assistir às aulas e, por fim, ir para casa. Neste período eu ia para a escola porque uma vez na semana e nela havia aula de artes (música, pintura e teatro) e educação física.

Se eu pudesse definir a escola porque em um sabor, seria o do picolé de cajá-manga e da pipoca de micro-ondas, sabores que marcaram minhas tardes no horário do recreio. Recordo que a cor da minha turma era vinho.

Na Escola Classe aprendi com cada professor e colega, fui aluna da professora que havia dado aula para meu irmão, lembro das aulas do programa ciência em foco e dos dias de passeio que tinha em Brasília.

Nesta escola estudei por 4 anos.

Ensino Fundamental II

O meu quinto ano (4º série) era para ser na escola anterior, mas como ela não ofertou acabei finalizando meu ensino fundamental I no Centro de Ensino Fundamental 06 de Brasília (C.E.F 06). Após finalizar o quinto ano, estava ansiosa para começar um novo ciclo.

Finalmente o sexto ano chegou, uma nova fase da minha vida estava começando, uma fase em que passaria a escrever de caneta, em que cinco cadernos se tornariam apenas um com dez matérias, e em que as aulas, antes ministradas por um único professor, passariam a ser conduzidas por mais de seis.

O 6º ano foi marcante, estudava no período vespertino, a turma era alegre, os professores ensinavam com maestria e foi o último ano em que estudei na mesma sala que minha prima. No 7º ano estudei no período matutino e tenho poucas lembranças, lembro do experimento de feijão plantado no algodão e dos professores de geografia, português, ciências e história.

Não tenho muitas coisas para falar desta escola, ela não foi tão marcante como as anteriores, apenas o 6º ano a qual me recordo até hoje.

Estudei no C.E.F 06 por três anos.

Ensino Médio

No Centro Educacional do Lago aconteceu a mesma coisa da escola anterior, não finalizei o ensino fundamental II no C.E.F 06, fiz o 8º e 9º ano no Centro Educacional, escola que finalizei meus estudos.

Sem dúvidas essa marcou minha trajetória, os dois primeiros anos escolares foram novidades, escola nova, pessoas do Ensino Médio estudando pela manhã, a rotina da escola mudou, os professores mudaram, era tudo novo.

As amigadas que construí desde o 8º ano ainda fazem parte do meu ciclo (Adrielle, Bárbara, Evellyn, Hebert, Lara, Leticia e Yasmin) pessoas que conheci aos meus 13 anos e que hoje posso celebrar as conquistas.

No 9º ano ingressei no Centro Interescolar de Línguas (CIL) onde ia duas vezes por semana pela manhã aprender inglês, no 2º ano do ensino médio tive que trancar, porque a escola passou a ser integral e bilíngue, tendo o inglês como segunda língua.

Após finalizar o 8º e 9º ano, veio o Ensino Médio, últimos anos a qual frequentaria uma escola como estudante e anos de decisões que indicaria o início do meu futuro. A escola que ofertava 8º e 9º ano passou a ofertar apenas ensino médio em tempo integral.

Meu primeiro ano no ensino médio foi cheio de expectativas, não sabia como seria o integral, se ficaria na mesma sala que meus amigos, se os professores iam permanecer ou se iriam sair, até que, ao chegar no primeiro dia a minha sala era os mesmos colegas, alguns professores mudaram e outros permaneceram os mesmos do 8º ano.

O integral havia oficinas que eram pré-PAS, redação, inglês, italiano, leitura do mundo, fitdance, matemática, eram uma gama de oficinas que os próprios alunos poderiam escolher. O funcionamento da escola era assim: na parte da manhã era ofertado os componentes curriculares obrigatórios e na parte da tarde o integral, em 3 dias da semana.

No 1º ano do Ensino Médio, meu sonho era fazer Direito e eu ainda não tinha conhecido a UnB, mas os professores em todas as aulas incentivavam os alunos a fazerem o PAS (Programa de Avaliação Seriada), o coordenador (Victor) dava dicas e ajudavam os alunos a se inscrever no PAS e o mesmo falava para aproveitar cada dia na escola, pois estes nunca mais voltariam.

No meu 2º ano, surgiu dúvidas entre Direito, Biologia, Enfermagem, Nutrição, Odontologia e Pedagogia, áreas totalmente distintas umas das outras. A equipe de Orientação Educacional da escola, pedia para os alunos fazerem o teste vocacional para ver qual área era mais o perfil do estudante.

Ainda no 2º ano conheci a Universidade de Brasília, um passeio muito importante que a escola fez, pois foi nele que o sonho de ingressar na UnB cresceu, lembro que neste dia conheci vários cursos da UnB e alunos da Odontologia explicando como era o curso, conheci o PAT (Pavilhão Anísio Texeira), a faculdade da saúde, da biologia, o ICC (Instituto Central de Ciência) Sul e Norte e o RU (Restaurante Universitário) o qual almocei com minhas amigas.

Nesses dois anos já havia feito as duas etapas do PAS e as oficinas que eu escolhia na escola era voltada para o vestibular, como pré-PAS português, pré-PAS química e física, sociologia, matemática básica, inglês e redação, cheguei a pegar também fitdance, italiano e treinamento funcional. A professora da oficina pré-PAS português levava questões voltadas a obras e lembro que uma de suas questões caiu com muita semelhança na prova do PAS 1, os professores da manhã também buscavam colocar questões com as obras do PAS nas avaliações interdisciplinares da escola.

Ao chegar no 3º ano criei muitas expectativas para a formatura, para os trotes, para as fotos e para a escolha do curso, pois ainda não havia decidido. Cheguei a ir para escola por dois meses, pois, infelizmente, veio a pandemia, o que mudou os planos. Na pandemia as aulas eram remotas e eu não tive formatura, apenas o certificado de conclusão com umas lembrancinhas que a escola deu.

Durante esse período, estudei as obras do PAS em casa e realizei as atividades da escola. O sonho de fazer Direito diminuiu e o sonho de Nutrição e Pedagogia cresceu. Na inscrição da última etapa do PAS tive que tomar minha decisão e escolhi Pedagogia, não me arrependo, pois o curso é lindo e abriu meus horizontes.

A última prova do PAS fiz na UnB e assim que cheguei para fazer a prova fiz a seguinte afirmação “Vou fazer a prova na minha futura faculdade!” e assim Deus concedeu que eu fizesse, e hoje, estou finalizando uma etapa muito importante da minha vida que abrirá novos caminhos a serem trilhados.

Ensino Superior

“Para um sonho ser realizado, só precisa de alguém que acredite que é possível.” (Autor desconhecido)

O tão esperado sonho se tornou realidade.

Ao saber que havia ingressado na UnB pelo PAS foi uma alegria imensa, lembro que no dia do resultado, busquei ficar tranquila e confiar em Deus, neste dia arrumei a casa, fui “cochilar” e acordei com a ligação da Letícia, minha amiga da escola, falando que eu havia passado, de primeiro fiquei sem acreditar, quando a “ficha caiu” comecei a chorar de alegria, minha mãe sem entender nada ficou me olhando e ao saber da notícia me abraçou e pulou de alegria.

Depois, liguei em chamada de vídeo para as minhas tias e elas me deram conselhos e falaram para eu aproveitar tudo que a UnB tinha para me oferecer e assim eu fiz.

Meu primeiro semestre foi online e não entendia algumas nomenclaturas como, aulas síncronas ou assíncronas, “fazer a atividade em uma lauda”, fiquei desesperada e fui pesquisar o que significava.

O segundo semestre foi presencial, comecei a entender o que era a Universidade de Brasília que tanto falavam. Os semestres passaram e eu conheci a professora Liège na disciplina de Escolarização de Surdos e Libras, finalizei a disciplina e dias depois a mesma me mandou mensagem perguntando se eu queria fazer parte de um projeto voltado ao assunto de surdocegueira e logo aceitei.

Fiz o projeto e ele me fez entender mais sobre inclusão.

Meses depois, novamente, fui convidada a fazer Iniciação Científica, conversei com a professora sobre minhas curiosidades de como era feita a educação de surdos e surdos com outras deficiências, o qual foi o tema da nossa pesquisa.

Minha graduação na UnB não foi apenas um sonho realizado, foram caminhos trilhados com muitos aprendizados, passei a entender educação, uma educação que não foca apenas em conteúdos a serem ensinados, mas a olhar o estudante como um indivíduo em sua totalidade.

Apreendi com cada professor a importância da educação na vida das pessoas e como ela deve ser ofertada, sou imensamente grata a Deus e a cada professor que passou por mim durante a minha vida escolar.

A UnB me tornou uma pesquisadora na área de surdos e me fez querer aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a qual fui atrás de cursos e consegui por meio de sorteio o curso técnico em Tradução e Interpretação em Libras em uma instituição pública do Distrito Federal, localizada em Planaltina-DF.

A educação pública me formou na educação básica, no inglês, está me formando em Libras e espanhol e no ensino superior. Enquanto docente quero retribuir a cada aluno que irá passar por mim, aquilo que um dia foi oferecido a mim e incentiva-los a querer estudar em uma universidade pública.

Momentos especiais em sala de aula do Distrito Federal, como futura educadora

Finalizo meu memorial contando um pouco das minhas experiências dentro de salas de aulas de uma escola pública como futura educadora. Antes mesmo de finalizar a faculdade pude experienciar vivências de alunos. Antes, meu olhar era como estudante, ao ir para a escola pública em que minha mãe trabalhava era um olhar de admiração e agora um olhar de transformar vidas através da educação, assim como pensava Paulo Freire ao dizer que a educação muda as pessoas.

Quando me deparo com uma sala de aula cheia de estudantes, me pergunto como posso transformar a vida deles através da educação, como posso fazer o ambiente escolar divertido e como posso dar conselhos a eles. Crianças que podem vir de um contexto familiar vulnerável e que pode ser mudado através da educação.

Certo dia, em meu trabalho como Educadora Social Voluntária na área de Intérprete de Língua Espanhola, estava lendo uma plaquinha que a professora colocou em sua mesa, ela dizia assim “a professora está disponível para todos da turma” e do outro lado “a professora

está ajudando um coleguinha”, isso em uma turma do 3º ano do ensino fundamental. Quando um estudante viu que eu estava lendo perguntou o que estava escrito e eu disse carinhosamente “ler para mim” e ele respondeu “eu não sei ler”, olhei para ele e disse “sabe sim, tenta, irei te ajudar!” e ele começou a ler silabando.

Após ler perguntei o que ele tinha entendido e a resposta foi “nada” a professora viu e me deu uma folha com palavras simples e disse “vai ler com a tia Nicolý”, a cada palavra lida perguntava o que significava e o mesmo trazia experiências que tinha com ela. Em um certo momento olhei e disse “Muito bem! Você sabe ler, toca aqui na minhã mão!” Ele, surpreso, perguntou com os olhos cheios de lágrimas “eu sei ler? Meu maior sonho era ler!” e respondi “você além de ler as palavras da lista, fez a interpretação delas de acordo com a sua vivência”, ele ficou tão feliz e falou para a professora. Isso ressignificou a Pedagogia para mim e percebi que não fiz a escolha errada e que estava no lugar certo, apesar das dificuldades e da desvalorização do trabalho docente. A educação é de extrema importância na vida de cada ser humano e para a formação de cada um.

RESUMO

Esse trabalho é fruto da pesquisa que fiz no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-UnB) que focou na educação especial e como essa educação é ofertada no Distrito Federal (DF) para os estudantes surdos e surdos com outras deficiências. Para produzir a pesquisa, primeiramente, foi necessário ler documentos nacionais e distrital (DF) que abordam a temática, foram utilizados também Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de escolas públicas com classes bilíngues e escolas bilíngues do Distrito Federal. O problema da pesquisa foi estudar como o desenvolvimento e aprendizado de surdos e surdos com outras deficiências são propostos nos documentos da Secretaria de Estado de Educação do Governo do Distrito Federal (SEEDF). O objetivo geral buscou compreender como o ensino de alunos surdos e surdos com outras deficiências vem se constituindo no Distrito Federal a partir da análise de documentos. Os objetivos específicos visaram conhecer as propostas de ensino para os alunos surdos e surdos com outras deficiências do Distrito Federal a partir da análise de documentos disponíveis virtualmente, tanto do governo distrital quanto do governo federal; refletir sobre as propostas de ensino e aprendizado para os alunos surdos e surdos com outras deficiências e propor atividades pedagógicas que auxiliem no desenvolvimento dos mesmos. Conclui-se que, em princípio, a partir das análises dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) que o Distrito Federal demonstra oferecer uma educação aos estudantes surdos e surdos com deficiência.

Palavras-chaves: ensino; surdo; surdo com deficiência; inclusão.

ABSTRACT

This work is the result of research I conducted in the Institutional Program of Scientific Initiation Scholarships (PIBIC-UnB), which focused on special education and how this education is provided in the Federal District (FD) for deaf students and deaf students with other disabilities. To carry out the research, it was first necessary to read national and district (FD) documents that address the topic. Political-Pedagogical Projects (PPPs) from public schools with bilingual classes and bilingual schools in the Federal District were also used. The research problem was to study how the development and learning of deaf students and deaf students with other disabilities are proposed in the documents of the State Department of Education of the Government of the Federal District (SEEDF). The main objective aimed to understand how the education of deaf students and deaf students with other disabilities has been developing in the Federal District based on the analysis of documents. The specific objectives aimed to explore the teaching proposals for deaf students and deaf students with other disabilities in the Federal District through the analysis of documents available online, from both the district and federal government; to reflect on the teaching and learning proposals for deaf students and deaf students with other disabilities; and to propose educational activities that support their development. It is concluded that, in principle, based on the analysis of the Pedagogical Political Projects (PPPs), the Federal District appears to provide education to deaf students and deaf students with disabilities.

Keywords: education; deaf; deaf with disability; inclusion.

RESUMEN

Este trabajo presenta los resultados de una investigación desarrollada en el Programa Institucional de Becas de Iniciación Científica (PIBIC-UnB), cuyo foco se centró en la educación especial y en la oferta educativa destinada a estudiantes sordos y a estudiantes sordos con discapacidades asociadas en el Distrito Federal (DF). Para fundamentar el estudio, se realizó una revisión exhaustiva de documentos normativos nacionales y distritales relacionados con la temática, además de un análisis de los Proyectos Políticos Pedagógicos (PPP) de escuelas públicas que ofrecen clases bilingües en el DF. El objetivo de la investigación fue examinar cómo se conceptualizan el desarrollo y el aprendizaje de estudiantes sordos con discapacidades asociadas en los documentos oficiales de la Secretaría de Estado de Educación del Distrito Federal (SEEDF). El objetivo general buscó comprender cómo se ha venido constituyendo la enseñanza de estudiantes sordos y sordos con otras discapacidades en el Distrito Federal a partir del análisis de documentos. Los objetivos específicos se enfocaron en conocer las propuestas de enseñanza para los estudiantes sordos y sordos con otras discapacidades del Distrito Federal a partir del análisis de documentos disponibles virtualmente, tanto del gobierno distrital como del gobierno federal; reflexionar sobre las propuestas de enseñanza y aprendizaje para los estudiantes sordos y sordos con otras discapacidades y proponer actividades pedagógicas que ayuden en su desarrollo.

Se concluye que, en principio, a partir del análisis de los Proyectos Políticos Pedagógicos (PPPs), el Distrito Federal demuestra ofrecer una educación a los estudiantes sordos y sordos con discapacidad.

Palabras clave: enseñanza; sordo; sordo con discapacidad; inclusión.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1. REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
1.1 Educação de Surdos: Breve Histórico.....	22
1.2 Análise de documentos da SEEDF:.....	26
1.3 Breve análise surdo down e surdo TEA.....	28
2. METODOLOGIA.....	30
3. DESENVOLVIMENTO.....	31
3.1 Projeto Político Pedagógico (PPPs) de escolas do Distrito Federal que ofertam Classe Bilíngue.....	31
3.1.1 Escola A.....	31
3.1.2 Escola B.....	32
3.2 Análise dos PPPs das Escolas A e B.....	33
3.3 Projeto Político Pedagógico (PPP) de Escolas Públicas Integral Bilíngue- Libras e Português Escrito do Distrito Federal.....	34
3.3.1 Escola C.....	34
3.3.2 Escola D.....	37
3.4 Análise dos PPPs das Escolas Bilíngues C e D.....	40
4. Contribuição pedagógica para estimular o aprendizado dos estudantes surdos e surdos com deficiência.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
PERSPECTIVAS FUTURAS.....	44
REFERÊNCIAS.....	45

INTRODUÇÃO

Este Trabalho Final de Curso (TFC) é fruto de uma pesquisa que fiz no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-UnB) durante a graduação de Pedagogia a qual teve por objetivo analisar como o ensino e aprendizado dos alunos surdos e surdos com outras deficiências são propostos nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das duas escolas bilíngues e de duas escolas com classes bilíngues do Distrito Federal (DF). Para desenvolver a pesquisa foi preciso ler artigos sobre a temática, documentos normativos e leis para entender como esses alunos são apresentados nos documentos da Secretaria de Estado de Educação do Governo do Distrito Federal (SEEDF).

A educação inclusiva nas escolas do DF está muito presente nos dias atuais, alunos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Transtorno Opositor Desafiador (TOD), com Altas Habilidades e Superdotação (AH/SD), alunos com Síndrome de Down e deficiência intelectual (DI). É necessário um acompanhamento mais atencioso com estes estudantes, mas infelizmente muitos profissionais da educação não tem uma formação tão aprofundada e qualificada para atender este público, principalmente quando estes são surdos com outras deficiências, por se tratar de um modo específico de ensino como por exemplo, o uso da Língua de Sinais, conteúdos de ensino, didática e avaliação adaptada aos mesmos.

Apesar da Libras ser disciplina obrigatória nos cursos de Pedagogia e licenciaturas, e optativas nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, como afirma os Art. 3º e parágrafos § 1º e 2º do Capítulo 2 DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR do Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, muitos educadores desconhecem ou não conseguem se comunicar com o básico da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e com isso dificulta a inclusão de alunos surdos ou surdos com outras deficiências em escolas comuns, e como a SEEDF reage a isso? Quais documentos e práticas são utilizados para fazer a inclusão desses estudantes? Que políticas públicas norteiam este ensino com os surdos com outras deficiências? As escolas estão preparadas para receber este público? Estes são alguns questionamentos a serem pensados quando se trata da educação especial e inclusiva para alunos com algum tipo de deficiência.

A finalidade deste trabalho é a continuação da pesquisa na área da educação de surdos e surdos com outras deficiências, aprofundar mais sobre a história da educação dos sujeitos surdos no Brasil, para então, entender como o Distrito Federal oferta essa educação em escolas com classes bilíngues e escolas bilíngues.

Entender como se deu a educação dos surdos durante a história é ponto de partida primordial para analisar criticamente como ocorre a educação de surdos com outras deficiências e repensar as práticas pedagógicas com os mesmos.

Nesse trabalho de conclusão de curso contém um breve histórico da educação de surdos, uma breve análise dos sujeitos surdo down e surdo com Transtorno do Espectro Autista (TEA), análise dos Projetos Políticos Pedagógicos de duas escolas com classes bilíngues e duas escolas bilíngues do Distrito Federal e contribuições pedagógicas para estimular o ensino e aprendizado dos estudantes surdos e surdos com outras deficiências.

Na sequência apresento o primeiro capítulo com a fundamentação teórica relacionada a esta temática de estudo.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico é constituído por leis e decretos federais, distritais que trazem a respeito da educação bilíngue para surdos. Além disso, tomo como base a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008), projetos políticos pedagógicos de duas escolas com classes bilíngues e escolas bilíngues, materiais adaptados do curso Tradução e Interpretação em Libras³, artigos e dissertações que abordam a cultura surda, o trabalho docente com surdo com transtorno ou com deficiência.

O livro *Cultura Surda*, em seu primeiro capítulo trouxe informações sobre a história e os percursos históricos da educação de surdos e foi possível perceber que a educação desse público passou por vários caminhos no passado até ser uma educação sólida nos dias de hoje embasada por leis e políticas bilíngues, como a Lei Brasileira de Inclusão (LEI n° 13.146, de 6 de Julho de 2015) e a Lei de Libras (LEI n° 10.436, de 24 de Abril de 2002).

Para incrementar mais sobre a história de surdos foram lidos as publicações: Literatura surda: contribuições linguísticas para alunos surdos, os sujeitos da experiência visual na área da educação (Dall'Alba, 2017); Educação de surdos: repressões e conquistas (Oliveira, Teixeira & Freitas, 2021); Olhar novamente para o Congresso Internacional de Educação para Surdos em Milão (1880): um desafio historiográfico (Vieira-Machado & Rodrigues, 2022) e A Educação do Surdo em Minas Gerais: Aspectos Legais (Nogueira, 2024).

Para compreender como se dá a educação de surdos com outras deficiências foram lidos a dissertação *Inclusão na escola de surdos: estratégias de normalização dos sujeitos surdos down* (Kuchenbecker, 2011) e o artigo *O discente surdo autista nas aulas de Educação Física* (Mariani Braz, 2022)

Para alcançar o objetivo geral que buscou compreender como o ensino de alunos surdos e surdos com outras deficiências vem se constituindo no Distrito Federal a partir da análise de documentos foi necessário ler os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de duas escolas com classes bilíngues e das duas escolas bilíngues, ambas localizadas no Distrito Federal.

³Esses materiais são os materiais do curso técnico, Tradução e Interpretação em Libras, localizado em Planaltina- DF, que estou frequentando no presente momento. A aula em Libras é ministrada presencialmente por um professor surdo e as demais disciplinas (Ambientação e Educação à Distância; Inclusão e Letramento Digital; Inglês Instrumental; Libras Expressão Corporal e Facial; Sujeito Surdo, Diferença, Cultura e Identidade; Linguística e Sinais; Matemática Básica; Português Instrumental; Informática Básica; Língua Portuguesa- Processos de Comunicação e Práticas Pedagógicas Profissionais- Guia Intérprete) são ofertadas no formato EaD.

As Leis usadas para entender como deve ser ofertada a educação e a educação de surdos foram: Constituição da República Federativa do Brasil, 1988; LDBEN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei nº 5.016, de 11 de Janeiro de 2013; LBI nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 e a Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. A Portaria nº 252, de 25 de Maio de 2021 e o Decreto distrital nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005 também foram usados.

Para as contribuições pedagógicas foi utilizado o trabalho final de curso de Garcia (2021) Alfabetização de surdos e as práticas pedagógicas.

Esses referenciais teóricos foram de suma importância para desenvolver o estudo e aprender como é desenvolvida a educação de surdos e surdos com outras deficiências.

1.1 Educação de Surdos: Breve Histórico

A educação de pessoas surdas passou por vários caminhos no passado até se tornar uma educação sólida nos dias de hoje com leis e documentos diversos.

No primeiro capítulo do livro “Cultura surda e Libras” (Maura Corcini Lopes & colaboradores, 2012) narra os percursos históricos da educação de surdos. Guedes (2012), diz que os interesses religiosos, econômicos e jurídicos eram os elementos que justificavam a educação dos nobres surdos para que eles pudessem ganhar o estatuto necessário de acordo com a sua condição socioeconômica.

Um pedagogo que ganhou destaque na educação de surdos nobres na Espanha foi o monge beneditino, Pedro Ponce de Leon, que empenhou-se no ensino de surdos para demonstrar que eles eram capazes de se desenvolver, com isso, o local onde ele trabalhava com estes indivíduos chamou atenção de outros surdos. A intenção não era formar grupos, mas esse espaço proporcionou que as crianças surdas compartilhassem gestos caseiros, transformando-os em uma comunicação possível (Guedes, p. 12, 2012.).

No século XVIII na França a educação pública para surdos começou a ser consolidada em conjunto com a Instituição Escolar Imperial, a fundação da escola marcou o desenvolvimento da proposta educacional do abade L’Épée. Com isso, a língua de sinais passou a ser reconhecida e utilizada na comunicação apropriada e nos procedimentos pedagógicos. A autora do texto ressalta que o método desenvolvido por L’Épée marcou um momento importante na educação de surdos, sendo o responsável pela fundação das bases do ensino bilíngue (Guedes, p. 14, 2012.).

L’Épée acreditava que os surdos eram capazes e inteligentes e favoreceu para a expansão da língua e da cultura surda, em contrapartida alguns representantes políticos, após a

revolução francesa, falavam que o ensino de surdos não servia para ninguém, nem mesmo para os próprios surdos.

Também se faz necessário abordar sobre o Congresso Internacional de Educação para Surdos ou Congresso de Milão de 1880 quando fala da história dos sujeitos surdos. Vieira-Machado e Rodrigues (2022) dizem que as decisões de Milão são constantemente recordadas em trabalhos que abordam a educação de surdos, eles ainda falam das repetições de ‘verdades’ sem a devida consulta aos ‘documentos-monumentos’ que permitem as problematizações:

Tais verdades assim repetidas sem acesso a outros documentos, que relatam Milão, podem trazer como consequência principal o apagamento de toda a memória sobre outros fatos que também compõem a história da educação de surdos. Esse apagamento produz uma narrativa muitas vezes distorcida e até mesmo o esquecimento das personagens que foram fundamentais para a luta dos surdos enquanto resistência aos métodos educacionais e para a defesa do uso dos sinais no processo educacional dos surdos. (VIEIRA-MACHADO & RODRIGUES, p.5, 2022.).

Existem autores que falam das consequências que este congresso trouxe para os sujeitos surdos. Vieira-Machado & Rodrigues (2022) em sua pesquisa permite outra narrativa sobre os impactos das decisões tomadas em Milão na educação dos surdos, diferente da narrativa habitual.

A destruição desse ‘lugar de memória’ a partir da retomada dos ‘documentos monumentos’ deste próprio congresso permitirá outra narrativa sobre os impactos das decisões tomadas em Milão (1880) na educação dos sujeitos surdos. Muito diferente da narrativa habitual que sugere, dentre tantas outras verdades, três que vamos destacar neste momento: a) a extinção das línguas de sinais com a sua suposta proibição do uso dela na educação dos surdos; b) que o método oral puro foi votado com um consenso unânime e c) que os surdos só foram retomar seus movimentos de resistência a estas decisões apenas no século XX. Com a leitura das fontes primárias, tais verdades não se sustentam. (VIEIRA-MACHADO & RODRIGUES, p.7, 2022.).

Eles afirmam que o congresso de 1880 foi um lugar de memória e que os efeitos de suas decisões sem a leitura das fontes e a pesquisa documental cuidadosa podem trazer equívocos ao longo dos anos, produzindo verdades e dualidades como surdo *versus* ouvinte ou língua de sinais *versus* língua oral. Criando uma única discussão, empobrecendo a leitura desse ‘documento-monumento’, podendo causar o apagamento do processo histórico e seus envolvidos.

Outras autoras como, Oliveira, Teixeira e Freitas (2021) afirmam que a conferência representou um momento obscuro da história dos surdos ao concluir que a educação oralista seria a mais apropriada em relação à língua gestual. Elas ainda lembram:

que após um século, as resoluções do Congresso de Milão e a reestruturação da educação dos surdos foram sofrendo forte rejeição, culminando no 21º Congresso Internacional de Educação de Surdos, em julho de 2010, quando as oito resoluções do Congresso de Milão foram rejeitadas, um prenúncio das lutas surdas pela manutenção e reconhecimento de sua cultura. (OLIVEIRA, TEIXEIRA & FREITAS, p. 5, 2021.).

O congresso de 1880 como traz as autoras proibiu oficialmente a língua de sinais no mundo e oprimiu a comunidade surda. Segundo Strobel (2006 apud Oliveira, Teixeira & Freitas 2021) os surdos ficaram subjugados às práticas ouvintistas, tendo que abandonar sua cultura e sua identidade surda, obrigados a se submeterem a uma ‘etnocentria ouvintista’, sendo forçados a imitá-los e a se esforçarem em parecer ouvintes” (Strobel, 2006, p. 247).

No Brasil, a educação de pessoas com deficiências surgiu na segunda metade do século XIX com uma iniciativa de Dom Pedro II, segundo Guedes (2012, p. 20) há registros de que em 1835 um deputado chamado Cornélio Ferreira apresentou à assembleia um projeto de lei que pretendia criar o cargo de professor de primeiras letras para o ensino de cegos e surdos-mudos, porém não foi aprovado. As primeiras instituições brasileiras, assim como as europeias, destinavam-se aos surdos e deficientes visuais, acreditando que eles necessitavam de adaptações de procedimentos pedagógicos mais simples em relação às outras deficiências.

Um dos pioneiros da educação pública para surdos no país foi Eduard Huet, professor francês que criou as primeiras escolas para pessoas surdas. Ele chegou ao Brasil em meados de 1850 com uma carta de recomendação do Ministro da Instituição Pública da França, o que possibilitou a abertura de portas para o governo imperial do Brasil.

Com o apoio do diretor Imperial, o Colégio Pedro II iniciou o plano de abertura da primeira escola para surdos do país, localizada no Rio de Janeiro. Em 1857 Eduard conseguiu estabelecer o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, que mais tarde teve o nome mudado para Instituto Nacional de Educação de Surdos, também conhecido como INES, o Instituto começou com poucos alunos que foram ensinados em língua de sinais francesa e ele alfabetizou em língua portuguesa, também foram elaborados materiais visuais que colaboraram para uma educação de qualidade aos surdos do século XIX (D Alba, p.1, 2017). Segundo Nogueira (2023) esse foi um marco importante para a escolarização dos surdos:

No Brasil, o marco mais importante do início da escolarização dos surdos foi a criação do Instituto dos Surdos-Mudos no Rio de Janeiro, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), que é reconhecido como referência nacional na história da educação dos surdos. Isso foi possível graças à influência de Eduard Huet junto ao imperador D. Pedro II (NOGUEIRA, p. 3. 2023.).

A educação no DF para surdos tem respaldo em leis que estabelece parâmetros e diretrizes para promover políticas públicas para garantir uma educação bilíngue, como a Lei

nº 5.016, de 11 de Janeiro de 2013, a Portaria nº 252, de 25 de Maio de 2021 que fala do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e o Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS-DF).

A escola como um lugar de formar cidadãos críticos e formar estudantes para a sociedade, visando seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, como abordado no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) deve ser inclusiva, respeitando todos os estudantes independentes de sua deficiência, cultura, singularidade ou etnia. Pois, a educação é direito para todas as pessoas com e sem deficiência.

No artigo 208 inciso III da Constituição visa oferecer um atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- 9.394/1996 (LDBEN 94/96) no artigo 3º e inciso XVI discorre a “respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva”. Estes indivíduos devem receber uma educação que olhe eles em sua totalidade, além da deficiência e sem capacitismo, este último termo se refere a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes. (VENDRAMIN, p.17, 2019.).

A educação inclusiva emana para atender essas especificidades e incluir todos os discentes para terem uma educação de qualidade. Pois, se voltarmos há séculos passados poderemos perceber que nem sempre a educação atendeu todas as pessoas. Como observa Kassar:

No Brasil, o atendimento educacional direcionado às pessoas com deficiências foi construído separadamente da educação oferecida à população que não apresentava diferenças ou características explícitas que a caracterizasse como “anormal”. Dessa forma, a educação especial constituiu-se como um campo de atuação específico, muitas vezes sem interlocução com a educação comum. Esta separação materializou-se na existência de um sistema paralelo de ensino, de modo que o atendimento de alunos com deficiência ocorreu de modo incisivo em locais separados dos outros alunos. (KASSAR, p.62, 2011.).

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI - 2008) traz que o atendimento às pessoas com deficiência no Brasil teve início na época do Império com a criação de duas instituições, a primeira criada em 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos que atualmente se chama Instituto Benjamin Constant (IBC) e o segundo Instituto foi criado em 1857 que chamava-se Instituto dos Surdos Mudos, nos dias de

hoje chama-se Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos localizado no Rio de Janeiro.

A educação especial vem sendo visibilizada, mesmo que muitas vezes com falhas, em todo o Brasil e no DF, para estudantes surdos, surdocegos, com deficiência auditiva, TEA, altas habilidades/ superdotação, com síndrome de down, TDAH ou outros transtornos e/ou deficiências.

A Lei nº 14.191, de 3 de Agosto de 2021 dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos, apresentando a Libras como primeira língua e a língua portuguesa escrita como segunda língua nas escolas bilíngues.

Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos. (BRASIL, 2021.).

1.2 Análise de documentos da SEEDF:

Nos dias atuais existem documentos e leis distritais que garantem a educação para todos os sujeitos com e sem deficiência, seja ela integral ou especial. Para falar de educação especial se faz necessário abordar a educação inclusiva, pois as duas estão coligadas. Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva os autores trazem um conceito referente a educação inclusiva:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, MEC/SEESP, p.5, 2008.).

A SEEDF possui escolas bilíngues, escolas com classes bilíngues e Centros de Ensinos Especiais (CEE), segundo o site da SEEDF, o Distrito Federal possui CEE nas seguintes Regiões Administrativas (RAs): Brazlândia, Ceilândia, Gama, Guará, Planaltina, Plano Piloto, Samambaia, Santa Maria, Sobradinho e Taguatinga. Estas são unidades especializadas no ensino especial e o site enfatiza que todas as escolas da Rede Pública de Ensino do DF que ofertam a educação básica e as instituições parceiras são inclusivas e que atende todos os alunos independente de sexo, etnia, idade, deficiência, condição especial ou qualquer outra situação, ainda diz ter um ensino significativo que reconhece e respeita as diferenças e responde a cada um de acordo com sua potencialidade e necessidades.

No site também foi possível achar alguns documentos que abordam sobre a educação especial, como o Plano Distrital da Educação (PDE), Currículo em Movimento da Educação Básica Educação Especial e Estratégia de Matrículas.

O primeiro documento, PDE, é semelhante ao Plano Nacional da Educação (PNE, 2014), onde há metas e estratégias a serem cumpridas para a melhoria da qualidade na educação, eles tem validade de 10 anos e os dois planos expiraram. O PDE diz que vai expressar as demandas da sociedade, estabelecer prioridades e metas, criar estratégias, referência para elaboração de planos plurianuais (PPAs) nas distintas esferas de gestão, auxiliar na solução de problemas, entre outros. O plano possui 21 metas para o desenvolvimento do ensino no DF e 411 estratégias para o seu cumprimento. O documento aborda a educação de modo geral, não focando apenas no ensino especial, bem como sobre a educação bilíngue e a garantia da alfabetização bilíngue para alunos surdos, sem estabelecimento de terminalidade temporal no caso da Educação de Jovens e Adultos.

O segundo documento, Currículo em Movimento da Educação Básica Educação Especial (2015), é um currículo dinâmico e flexível que auxilia os professores no cotidiano escolar. Ele vai contar a história de como o Distrito Federal passou a atender estudantes com deficiência e metodologias utilizadas para diminuir a evasão, repetência e o retorno destes às instituições especializadas. O currículo enfatiza que a SEEDF nos últimos anos tem organizado suas ações e políticas educacionais e enviado esforço para garantir a inclusão de todos os *estudantes com necessidades especiais*⁴ em classes comuns, subsidiadas pelo caráter multifuncional, diversificado e extensivo de atendimento educacional especializado (Distrito Federal, 2015).

O último documento, Estratégia de Matrículas citado, serve para organizar as principais diretrizes escolares e ofertar as etapas e modalidades de ensino, cujo objetivo é garantir o acesso universal, inclusivo e equitativo à educação. Ao se referir a estudantes surdos com outras deficiências, o documento discorre que o atendimento será feito na Salas de Recursos Generalistas (SGRs) já que, para os alunos das escolas bilíngues, quando se fizer necessário, poderão ser atendidos em turnos contrários no Núcleo de Apoio Didático Pedagógico (Nuadip) do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS).

⁴Vale ressaltar que atualmente não usa-se “em necessidades especiais”, e sim em pessoas/estudantes/crianças/sujeitos com deficiência.

A escrita em letra itálica se refere a expressões iguais do texto “Currículo em Movimento”.

1.3 Breve análise surdo down e surdo TEA

Para complementar a pesquisa e abordar como é desenvolvida a educação de surdos com outras deficiências dentro da sala de aula, não especificamente nas salas do DF, mas em salas de aulas do Brasil que podem auxiliar outros docentes, serão utilizados uma Dissertação e um artigo, a primeira: *Inclusão na escola de surdos: estratégias de normalização dos sujeitos surdos down* (Kuchenbecker, 2011) e o segundo: *O discente surdo autista nas aulas de Educação Física* (Mariani Braz, 2022).

Em síntese, a Dissertação de Mestrado em Educação aborda sobre as estratégias de normalização dos estudantes surdos down em uma escola de surdos de Porto Alegre/ Rio Grande do Sul. A autora diz que os surdos com deficiências incluído nesta instituição podem ser categorizados como: surdo down, surdo com deficiência intelectual, surdo com baixa visão, surdos cadeirantes e outros, no contexto da pesquisa de Kuchenbecker esses estudantes são os estranhos e “anormais” na escola de surdos.

Em sua pesquisa ela busca observar três estudantes surdos down, sua observação é pautada em pareceres clínicos, relatórios e entrevistas com professoras destes sujeitos.

Na Dissertação foi notado que os alunos surdos down se diferenciam dos outros surdos da escola por terem características físicas que fazem com que se assemelhem entre si, mas, por outro lado causam estranheza aos colegas, professores ouvintes, professores surdos e demais pessoas que atuam na comunidade escolar.

Pôde-se perceber que a educação de surdos down não é uma tarefa fácil, as professoras entrevistadas falaram que é um desafio muito grande surdo “normal” junto com o surdo down e diz que o aluno surdo down exige muito do professor, pois tem que dedicar mais tempo a ele. Para o ensino ser desenvolvido significativamente as professoras fazem adaptações curriculares e dão recompensas.

A recompensa dos surdos down, por melhorarem de comportamento e por se esforçarem em se aproximar ao ideal de aluno surdo, é ganhar atividades que se assemelhem às atividades dos demais colegas surdos de sua classe. Como, por exemplo, “ganhar a mesma folhinha”, “o mesmo caderno”, “copiarem do quadro”, etc. (KUCHENBECKER, p. 78, 2011.).

As adaptações curriculares são feitas para tentar fazer com que os estudantes se pareçam, não fazendo-os iguais. A autora diz que é uma estratégia que possibilita a normalização dos alunos down através do enquadramento das suas particularidades e diferenças, a partir de um padrão, que no caso das escolas de surdos o padrão desejado é do aluno surdo fluente em Libras e sem deficiência associada.

O artigo que aborda sobre o aluno surdo TEA nas aulas de Educação Física (EF), onde a pesquisadora observa dois alunos do sexo masculino e surdos congênitos, diagnosticados com TEA, um com idade de 4 anos e o outro com 6/7 anos. Nas aulas de EF os alunos participaram de atividades psicomotoras, praticaram esportes e atletismo.

Para ter resultado e produtividade com os alunos a pesquisadora diz que avaliou os pontos fortes, interesses dos estudantes e dificuldades, a partir disso o ambiente era adaptado para facilitar a compreensão, a organização era feita apenas com os itens que seriam utilizados na atividade proposta, partindo do objeto de interesse do aluno.

A pesquisa traz vários métodos teóricos para desenvolver as atividades com o estudante surdo autista de 4 anos, quando ele alcançava os objetivos propostos pela professora de EF ele recebia o objeto do seu interesse. Com o de 6/7 anos, foi diferente, pois ele não tinha contato com a turma e nem relação com o outro, o artigo enfatiza que ele ficou 6 meses no trabalho individual com a professora, quando começou a realizar as atividades sem o auxílio da professora aos poucos foi inserido nas aulas de Educação Física.

Foi notável que os alunos surdos autistas tem suas especificidades, sua singularidade que deverá ser notada pelo professor para o mesmo fazer adaptações para o melhor desempenho do aluno.

As duas publicações: Dissertação e Artigo apresentados nos mostram que alunos surdos com outras deficiências precisam ser vistos com um olhar atencioso do professor para poder se desenvolver e que apesar das dificuldades, o docente precisa identificar qual o melhor método e estratégias para ser utilizado com os alunos.

Além de ter uma comunicação com estes através da Libras ou imagens, pois como ressalta a autora (Mariani Braz, p. 13, 2022) se faz necessário, no trabalho com surdos TEA, o desenvolvimento da aquisição de novos vocábulos, pois as crianças que muitas vezes chegam à escola na educação infantil apresentam um vocabulário muito incipiente.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi qualitativa com abordagem analítica. Foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental que buscou analisar e compreender como a educação de surdos e surdos com outras deficiências é ofertada nas escolas com classes bilíngues e escolas bilíngues do Distrito Federal.

Foram pesquisados documentos no site da Secretária de Estado e Educação do Distrito Federal (SEEDF) tais como, os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de duas escolas que ofertam a classe bilíngue e das duas escolas bilíngues do Distrito Federal, o Plano Distrital da Educação (PDE, 2015), Currículo em Movimento da Educação Básica- Educação Especial (2015) e a Estratégia de Matrícula (2025).

As fontes de pesquisas, além do site da SEEDF, foram o Scielo, Capes Periódicos e Google Acadêmico, essas plataformas me auxiliaram na busca de artigos e dissertação que trazem a temática de surdos e surdos com outras deficiências.

A dissertação de mestrado *Inclusão na escola de surdos: estratégias de normalização dos sujeitos surdos down* (Kuchenbecker, 2011) e o artigo *O discente surdo autista nas aulas de Educação Física* (Mariani Braz, 2022) contribuiu significativamente para a pesquisa, pois permitiu conhecer como é o dia a dia desses estudantes dentro da sala de aula.

Na análise dos PPPs não foi exposto o nome das escolas para manter a ética da pesquisa, as quatro escolas que teve o PPP lido foram intituladas como escolas A e B para escolas com classe bilíngue e escolas C e D para escolas bilíngues.

Para a leitura dos PPPs das duas escolas com classes bilíngues, foi escolhida uma escola que oferta os anos iniciais e uma que oferta a Educação de Jovens e Adultos. Com a leitura desse documento foi possível observar que apesar do público ser diferente as duas escolas se preocupam em ofertar uma educação que atende os estudantes surdos e surdos com outras deficiências.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Projeto Político Pedagógico (PPPs) de escolas do Distrito Federal que ofertam Classe Bilíngue

3.1.1 Escola A⁵

Para a análise dos PPPs foram escolhidas duas escolas públicas do DF que ofertam a classe bilíngue. *Escola A* atende alunos dos anos iniciais e de acordo com o PPP do ano de 2023, nessa Instituição, há três professoras intérpretes de Libras. A política pedagógica alude que busca promover a aprendizagem de todos e que possam se matricular, frequentar as aulas e construir aprendizagens significativas e contextualizadas.

A escola leva em consideração os documentos que orientam o trabalho pedagógico da SEEDF, os quais fundamentam um planejamento contínuo e colaborativo. A respeito das estratégias pedagógicas, conteúdos e objetivos da aprendizagem são elaborados pelos professores e devem atender às adequações curriculares feitas pelos mesmos a partir das avaliações sistemáticas e formativas. Como abordado anteriormente, a escola possui intérpretes de Libras, visto que é polo de surdez e o Serviço de Orientação Educacional (SOE) realiza um trabalho de conscientização com os alunos e prioriza os cuidados com os estudantes com deficiência.

A Instituição possui programas e projetos específicos, por exemplo, o bilinguismo, que tem por objetivo promover ações pedagógicas que possibilitem o domínio da Libras aos estudantes surdos e conhecimento da língua portuguesa.

Segundo o PPP, este projeto visa promover a acessibilidade por meio da Libras, envolver alunos ouvintes com a língua de sinais, promover trocas sociais, a inclusão e o aprimoramento da aprendizagem. Tem como justificativa fazer com que o aprendizado de um segundo idioma se torne natural na educação bilíngue e para atingir esse objetivo, o idioma deve ser ensinado a partir de contextos significativos, com a realização de atividades práticas e de integração entre pessoas surdas e não surdas para garantir a comunicação. Consta no PPP que, semanalmente, as crianças aprendem um tema diferente em Libras, por exemplo, o alfabeto, cores, saudações, dias da semana.

⁵Não constará nas referências bibliográficas os PPPs analisados das Instituições de ensino e nem a Região Administrativa que as mesmas estão localizadas para manter a privacidade das escolas e a ética na pesquisa. Portanto, irei nomeá-las como escolas A, B, C e D.

3.1.2 Escola B

A *Escola B* analisada oferta os três segmentos da EJA- Educação de Jovens e Adultos e cursos de qualificação profissional da Educação Profissional e Tecnológica, atende nos turnos matutino, vespertino e noturno. A escola, segundo o PPP, é a única na modalidade EJA que oferta atendimento nos três turnos para os estudantes surdos.

Ao analisar o PPP foi possível identificar que a escola possui servidores especializados em deficiência intelectual, visual, professores de classes bilíngues para surdos e guia-intérprete de estudantes surdocegos, a atuação destes são em diversas áreas do conhecimento, sendo, ciências exatas, humanas, da natureza, educação física, inglês e atividades. Em relação a infraestrutura, a escola possui rampas de acesso para cadeirantes e piso tátil para deficientes visuais.

O projeto da escola fala da importância na hora de lecionar e apresentar práticas pedagógicas inclusivas, ele diz que é necessário olhar as habilidades e individualidades dos estudantes e não suas limitações, seguindo os seguintes princípios: toda pessoa tem o direito de acesso à Educação; toda pessoa aprende; o processo de aprendizagem de cada pessoa é singular; o convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos e a educação inclusiva diz respeito a todos. Cada tópico no PPP traz uma explicação precisa da importância deles no cotidiano escolar dos estudantes com deficiências.

A Escola possui duas salas de atendimento especializado para estudantes surdos e também possui equipamentos para o desenvolvimento pedagógico dos alunos com baixa visão ou *severa deficiência auditiva*⁶. Os atendimentos específicos são realizados nas salas de recursos de acordo com as necessidades, seja elas, auditiva, visual ou mental leve, num processo integrado entre professora da sala de atendimento especializado com o professor regente da disciplina.

A escola conta com classes bilíngues para surdos, sala de recursos para deficientes visuais, sala de recursos para surdocegos, sala de recursos para deficientes intelectuais do 1º segmento, sala de recursos para deficientes intelectuais dos 2º e 3º segmentos, Equipe de Atendimento e Apoio à Aprendizagem (EAAA), educadores sociais voluntários e monitores.

O atendimento na classe bilíngue, segundo a política da escola, identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a participação dos estudantes surdos e surdocegos. Dentre os projetos atuantes há um que tem

⁶ A escrita em letra itálica se refere a expressões iguais do texto PPP.

como público a comunidade escolar e a comunidade em geral que gostaria de conhecer a Libras gratuitamente, o objetivo também é apresentar a comunidade surda e a cultura surda.

3.2 Análise dos PPPs das Escolas A e B

Ao analisar os PPPs foi possível observar que as duas escolas, *A* e *B*, se preocupam em oferecer um ensino e uma inclusão de qualidade para seu público. O PPP da *Escola B* mostrou a importância de ter um professor surdo dentro da escola para ensinar Libras para todas as pessoas da escola e atender alunos da classe bilíngue.

Observa-se que a *Escola A* demonstra compromisso em incluir todos os estudantes, ouvintes e surdos, por meio do Projeto Bilinguismo, que utiliza a Libras de forma lúdica e apresenta diferentes temas semanais, como, alfabeto, cores, dias das semanas para favorecer a aprendizagem.

A escola também desenvolve um trabalho muito importante com o SOE, juntos trazem a cultura da Paz para dentro do ambiente escolar, prioriza os atendimentos de acordo com a singularidade de cada estudante surdo ou com deficiência ou transtorno e realizam um trabalho de conscientização entre os estudantes.

A instituição possui intérpretes garantido que os alunos surdos possam ser incluídos nas classes bilíngues e nos demais espaços da escola para que tenham participação entre os colegas e professores.

A *Escola B* demonstrou ser capacitada para atender os discentes com deficiência, pois como aborda o PPP, os professores são especializados em áreas como deficiência intelectual e visual, bem como da educação de surdocegos e surdos. Essas especializações ajudam o docente a entender e a desenvolver seu trabalho com cada aluno com deficiência, levando em consideração que são públicos da EJA e o trabalho não será o mesmo que a *Escola A*.

Os atendimentos realizados pelo Serviço de Orientação Educacional- SOE e pela Equipe de Atendimento e Apoio à Aprendizagem (EAAA) são fundamentais para atender esse público e contribuir para uma aprendizagem mais efetiva. As salas de recursos generalistas também têm um papel importante, pois permitem um acompanhamento mais próximo das necessidades de cada aluno.

Por fim, as escolas *A* e *B* com classes bilíngues, embora atendam públicos diferentes, buscam ser inclusivas para que todos os alunos aprendam, tanto nos espaços físicos com acessibilidade e com os intérpretes para fazer a mediação das duas línguas (oral e sinais).

3.3 Projeto Político Pedagógico (PPP) de Escolas Públicas Integral Bilíngue- Libras e Português Escrito do Distrito Federal

No Distrito Federal, até o presente momento da pesquisa, foi possível encontrar no site da Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal duas escolas públicas bilíngues que ofertam a educação bilíngue e atendem estudantes surdos, tendo a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa escrita como segunda, exercendo o que está escrito na Lei nº 14.191. Os PPPs analisados são do ano de 2025. Vou nomear como *Escola C* e *Escola D*.

3.3.1 Escola C

O PPP da *Escola C* bilíngue diz que é uma instituição pública com atendimento em tempo integral. A escola oferta a Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais), Ensino Médio e a Educação Especial. O PPP alude que a proposta pedagógica visa a formação integral em tempo integral de estudantes surdos, surdocegos e deficientes auditivos que utilizam a Libras. Segundo o documento, a escola garante aos estudantes surdos, da Educação Infantil ao Ensino Médio o pleno desenvolvimento linguístico, social e cultural.

A instituição organiza suas turmas de modo a respeitar as singularidades linguísticas e cognitivas dos estudantes. No âmbito bilíngue, o português escrito é ensinado como segunda língua, considerando os processos específicos de aquisição da linguagem e de aprendizagem dos alunos surdos. Essa proposta conta com duas modalidades: Classe Bilíngue (CB) e Classe Bilíngue Diferenciada (CBD), a primeira atende exclusivamente estudantes surdos, com deficiência auditiva e surdocegos que usam a Libras como meio de comunicação ou que estejam em processo de aquisição da língua, como opção da família ou do estudante (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2025). A segunda classe mencionada é voltada para estudantes surdocegos, surdo e surdo com deficiência que apresentam deficiências intelectuais e/ou com TEA que se comunicam ou escolheram a Libras.

A escola atende 38 crianças e estudantes surdos, com idade aproximadas de 4 e 25 anos, ela engloba o Programa de Educação Linguística Precoce e suas turmas podem ser classificadas da seguinte forma, seguindo o PPP, uma turma de Educação Infantil, três turmas do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), sendo uma delas a CBD, duas turmas do 4º e 5º ano que também inclui a CBD, uma turma de 6º e 7º, uma turma do 1º ano do Ensino Médio (EM) e uma do 3º ano do EM, essas últimas são ofertadas com semestralidade e não possui a oferta no noturno.

O corpo docente da escola é constituído por 27 professores, incluindo 2 coordenadores. Entre eles, há profissionais com diferentes formações e experiências, desde licenciatura até especialização e mestrado, além de vivência na educação bilíngue. A maioria dos docentes é formada por mulheres e 40% da equipe é composta por docentes surdos. Dessa forma, a instituição demonstra seu compromisso em valorizar a representatividade e a experiência surda dentro da escola.

Para compreender melhor o perfil dos alunos, professores e funcionários que fazem parte da comunidade escolar, a instituição aplicou questionários anônimos e voluntários direcionados a cada grupo. O PPP destaca que, apesar dos dados iniciais, foi possível observar avanços na socialização, na participação e no desenvolvimento linguístico dos estudantes, especialmente entre aqueles que tiveram contato pela primeira vez com a Libras como língua de instrução.

Os professores avaliaram a individualização do ensino como uma estratégia eficiente, pois, segundo eles, o acompanhamento individual possibilita intervenções mais específicas, favorecendo o avanço significativo dos alunos.

Na avaliação diagnóstica, a escola buscou analisar três áreas do conhecimento: Libras, Matemática e Língua Portuguesa. Os resultados mostraram que muitos alunos apresentaram dificuldades de aprendizagem e não tinham conhecimentos prévios. Em Libras, a avaliação considerou o vocabulário, a compreensão e interpretação de frases e textos sinalizados, além da fluência na comunicação. Os estudantes que já tinham familiaridade com a língua não demonstraram tanta dificuldade, porém, aqueles que não tinham enfrentaram desafios. Para os alunos que estão em processo de aquisição da língua de sinais, foi necessário uma abordagem pedagógica diferenciada, que pudesse favorecer o desenvolvimento linguístico de forma gradual.

A *Escola C* possui uma Sala de Recursos Generalistas Bilíngue (SRGB) que disponibiliza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para crianças surdas com outras deficiências associadas à surdez e promove atividades pedagógicas no contraturno que complementam as tarefas desenvolvidas na sala de aula regular. As ações incluem o uso de recursos visuais, materiais adaptados, jogos educativos e estratégias que respeitam o ritmo e as singularidades de cada criança (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2025).

O Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA), segundo o PPP, está em fase de consolidação e, no momento, conta com a atuação da psicóloga educacional

(Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2025). Esse serviço atua como mediador e dá suporte que visa contribuir para a garantia do acesso, permanência e sucesso dos estudantes no ambiente escolar.

O Serviço de Orientação Educacional (SOE), até a presente análise, não conta com um profissional específico para atuar nessa área. No entanto, o documento destaca a importância de reconhecer esse serviço no desenvolvimento integral dos estudantes surdos e busca estabelecer parcerias e estratégias para compensar a ausência desse profissional. Ele explica que o objetivo do SOE é promover articulações pedagógicas, sociais e emocionais voltadas para a mediação de conflitos e para a construção de uma cultura de paz dentro do ambiente escolar.

A escola analisada demonstra ter uma gestão democrática ao aplicar questionários à comunidade escolar, buscando melhorar seu funcionamento. Aos discentes, são feitas perguntas como: “Como é minha escola?” e “Como eu gostaria que ela fosse?”, enquanto os responsáveis compartilham suas opiniões sobre diferentes aspectos, desde a organização até a estrutura. Todo esse processo é voltado para fortalecer a educação bilíngue dos estudantes surdos.

Percebe-se também que a instituição acolhe críticas e sugestões, procurando aprimorar o ambiente em que os alunos permanecem durante todo o dia, já que a escola funciona em período integral. Entre as contribuições das famílias, destacam-se a criação de espaços de comunicação em Libras entre pais e filhos, entre pais e professores, os responsáveis também sugeriram oferta de cursos de Libras para aqueles que ainda não dominam a língua.

A respeito dos estudantes surdos com deficiências, o PPP alude sobre o compromisso com a diversidade na escola buscando realizar estudos de caso para acompanhar e garantir um atendimento individualizado para analisar as necessidades específicas de cada criança e se preciso discutir estratégias de apoio, adaptação de materiais e propor intervenções pedagógicas ajustadas à realidade de cada aluno. Cada ação é pensada em conjunto com a família e profissionais, zelando por um processo educativo que é centrado na criança.

Em relação aos projetos, ações e metas, a escola busca promover oficinas lúdicas de Matemática e oficinas de leitura e escrita em Português, fazendo a mediação em Libras e utilizando estratégias de letramento. Também realiza oficinas focadas na fluência e na compreensão de narrativas visuais em Libras. A escola procura identificar as dificuldades dos estudantes por meio de avaliações diagnósticas e do conselho de classe, além de organizar passeios que contribuem para a construção do letramento bilíngue. A partir da leitura do PPP,

foi possível identificar que a instituição demonstrou ser inclusiva, democrática e com o olhar centrado no estudante.

3.3.2 *Escola D*

A *Escola D* bilíngue do Distrito Federal analisada inicia seu projeto político-pedagógico abordando a política de educação inclusiva para estudantes surdos e surdocegos, destacando a importância de considerar suas especificidades linguísticas, culturais e identitárias. Para tornar legítima a causa surda, o PPP apresenta três princípios fundamentais:

o primeiro sobre a Educação Bilíngue de Surdos, como modalidade de ensino, deve constituir-se sobre o uso de duas línguas nacionais - a Libras e o português escrito - e adequar-se à diversidade linguística do povo surdo, com seu vasto campo de multilinguismos que inclui as línguas de sinais táteis, as línguas de sinais regionais, as línguas de sinais emergentes e fronteiriças, as línguas de sinais indígenas, multiculturalismos e pluralidade de territórios e sujeitos. O segundo princípio de que as culturas surdas brasileiras são produções simbólicas e legítimas em todo território nacional. O terceiro de que os sujeitos surdos devem participar ativamente na definição de políticas educacionais e das políticas linguísticas de Educação Bilíngue de Surdos que levem o ensino aprendizagem dos estudantes surdos assim como as práticas de socialização e desenvolvimento cognitivo de pessoas surdas de zero ano ao longo da vida. (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2025.).

A escola funciona nos três turnos: matutino, vespertino e noturno, oferta a educação básica e as modalidades e etapas de ensino são, Educação Infantil, Ensino Fundamental-Anos Iniciais e Anos Finais, Ensino Médio e EJA. Segundo o PPP, ela busca promover a inclusão educacional e social dos discentes surdos e surdocegos que possui a língua de sinais como primeira língua e a língua portuguesa escrita como segunda língua, garantindo uma educação diferenciada, bilíngue, específica e cultural.

No ano de 2025, a escola recebeu, aproximadamente, 72 alunos surdos em tempo integral e atende estudantes surdos com outras deficiências, como surdos TEA, surdos com deficiência visual, deficiência intelectual, com síndromes diversas ou com outras singularidades, eles representam 19% dos alunos matriculados na escola e precisam de atendimento especializado com base nos princípios da Educação Bilíngue.

Assim como a *Escola C*, na *Escola D* também há alunos que não tiveram o conhecimento prévio da Língua de Sinais, com isso ela busca identificar e levantar as fragilidades para diminuir a defasagem.

A escola também funciona em tempo integral. A formação geral curricular obrigatória é realizada em um dos turnos, enquanto as atividades complementares acontecem no

contraturno. A instituição procura respeitar o ritmo de cada aluno e oferece cursos de Libras, ministrados pelo Núcleo do CAS (NUCAPE), como segunda língua para familiares responsáveis, membros da comunidade escolar e demais interessados. Além disso, conta com o atendimento do Centro de Apoio ao Surdo (CAS). O PPP destaca que todo o trabalho pedagógico é planejado coletivamente por professores, coordenadores e com o apoio da equipe diretiva.

A instituição usa a metodologia bilíngue e visual para facilitar o entendimento destes sujeitos, pois os mesmos são visuais e a Libras tem caráter visual, gestual e espacial, como abordado no PPP.

O documento aponta a falta de material didático específico para o desenvolvimento de atividades bilíngues que envolvem as duas línguas usadas como meio de comunicação, instrução e ensino. Para suprir essa carência, os professores acabam produzindo a maior parte dos materiais, contando com o apoio da coordenação pedagógica para conseguir desenvolver as aulas.

O AEE desta instituição é destinado para os estudantes surdos implantados e não-implantados, sinalizantes e oralizados. A equipe da orientação escolar trabalha em conjunto com os professores evitando que os estudantes evadam.

A Sala de Recursos Generalista Bilíngue, até a presente análise, não estava funcionando por falta de profissional. No entanto, a instituição reconhece que é um espaço de investigação e compreensão dos processos cognitivos, sociais e emocionais, buscando superar as dificuldades de aprendizagem e o desenvolvimento de diferentes possibilidades dos estudantes, ofertando um atendimento educacional bilíngue e individualizado de acordo com o perfil e potencialidades de cada indivíduo.

O Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) atua de forma a garantir a inclusão e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. Segundo o PPP, o serviço oferece atendimento individualizado e adota estratégias pedagógicas específicas para cada estudante, de modo que possam desenvolver plenamente seu potencial. Os alunos que apresentam dificuldades, transtornos específicos de aprendizagem ou outras condições que demandam apoio especializado recebem acompanhamento individual.

Nesse serviço atuam o psicólogo e o psicopedagogo, que trabalham em parceria com os professores para identificar as áreas em que o aluno necessita de maior atenção. A partir dessa identificação, os planos de intervenção são elaborados de acordo com o perfil do

estudante e podem incluir adaptações curriculares, uso de tecnologia assistiva e estratégias diferenciadas de ensino.

Entre os projetos e as ações que a escola promove para os alunos são as feiras culturais, teatros, cinemas e a promoção de atividades, como, festa junina, apresentação de história, feira cultural, Festsurdo e outros.

Ao final do documento, a escola trouxe em seus anexos uma breve explicação das escolas bilíngues de surdos, estudantes surdos, estudantes surdocegos, estudantes surdos com deficiências associadas, estudantes surdos com altas habilidades/superdotação, classe bilíngue diferenciada e as principais características das escolas bilíngues de surdos (públicas, regulares, especializadas, específicas, integrais, em tempo integral e de referência).

Públicas, porque são escolas federais, estaduais, municipais ou distritais criadas ou incorporadas, mantidas ou administradas pelo poder público;

Regulares, porque ofertam escolarização em todas as etapas e modalidades de ensino da educação básica, seguindo a seriação e faixas etárias estabelecidos na educação no sistema para as escolas comuns;

Especializadas, porque ofertam educação bilíngue para os estudantes surdos, por meio de equipe especializada, composta por professores bilíngues em libras e em português escrito, com formação especializada nas duas línguas, no ensino de libras, no ensino de português como segunda língua para surdos e com conhecimentos específicos sobre os estudos surdos, a pessoa surda, sua cultura, suas identidades, língua, entre outras especialidades necessárias e presentes na modalidade de educação bilíngue de surdos;

Específicas, porque oferecem a libras como língua de ensino, instrução, comunicação e interação e como disciplina oferecida com metodologia de ensino adequada às necessidades de cada estudante e o português escrito, como língua de instrução, impresso em materiais didáticos bilíngues presentes no ambiente escolar e como disciplina oferecida com metodologia de ensino de segunda língua, em todos os níveis da educação (educação básica e ensino superior), mediada pela libras, respeitando as especificidades sociolinguísticas, identitárias e culturais de cada estudante;

Integrais, porque ofertam projetos extracurriculares que visam à formação global dos estudantes em áreas acadêmicas, esportivas, desportivas, culturais, artísticas, tecnológicas etc.;

Em tempo integral, porque ampliam o tempo dos estudantes na unidade escolar, de forma a garantir o acesso ao conhecimento por meio da oferta dos componentes curriculares e extracurriculares que visam à formação integral dos estudantes;

Presenciais, porque proporcionam um ambiente linguístico de imersão propício à aquisição e desenvolvimento da língua de sinais, oportunizando o contato/interação entre os surdos e seus pares.

De referência, porque oferecem uma educação bilíngue de surdos com excelência, na medida em que, no desenvolvimento de todas as ações administrativas e pedagógicas, respeitam a legislação vigente tornando-se centros de referência para toda a educação bilíngue de surdos tanto no âmbito municipal, estadual, distrital, nacional e internacional.(Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2025.).

Segundo o PPP, os estudantes surdos que têm outras deficiências associadas são aqueles que, além da surdez, apresentam condições físicas, psíquicas, sensoriais ou de outros tipos, o que faz com que tenham diferentes necessidades. Para que esses alunos tenham acesso

ao conhecimento, a escola procura fazer adaptações no espaço físico, ajustes no material e nas práticas de ensino, além do uso de equipamentos e recursos específicos, ou até mesmo, quando necessário contar com tecnologias assistivas e formas alternativas de comunicação.

A respeito dos estudantes surdos com altas habilidades/ superdotação, ele aborda que são aqueles que apresentam o potencial elevado em qualquer área de domínio, isolada ou combinada, como criatividade e envolvimento com uma tarefa, podendo manifestar-se ao longo da vida.

3.4 Análise dos PPPs das Escolas Bilíngues C e D

Foi possível perceber que as duas escolas funcionam em tempo integral e utilizam a Libras e o português escrito como línguas de comunicação e instrução nas atividades escolares, abrangendo todas as disciplinas da educação básica, em todos os níveis. Também foi possível observar que ambas demonstram preocupação com a aprendizagem dos estudantes surdos e daqueles que apresentam outras deficiências, além de receberem estudantes pesquisadores da UnB e de outras instituições para a realização de estudos/pesquisas.

As instituições contam com o apoio dos educadores sociais voluntários que auxiliam os estudantes surdos com outras deficiências em tarefas relacionadas à higiene, alimentação, mobilidade, comportamento e no momento do recreio.

Outro ponto observado foi a carência de profissionais que são de extrema importância na escola para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes surdos, surdocegos e surdos com outras deficiências.

Por fim, os Projetos Político-Pedagógicos das duas escolas, *C* e *D*, evidenciam uma gestão democrática e o compromisso em garantir o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes surdos e daqueles com outras deficiências. As instituições buscam assegurar a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda, além de realizar adaptações necessárias para que todos os alunos surdos tenham condições de aprender, independente da sua singularidade.

4. Contribuição pedagógica para estimular o aprendizado dos estudantes surdos e surdos com deficiência

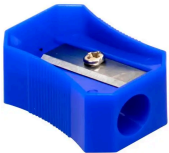


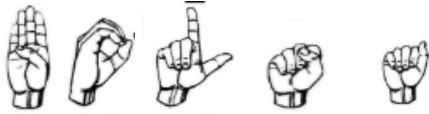
Para este tópico foi pensado em atividades pedagógicas práticas para aprimorar os conhecimentos dos estudantes surdos e surdos com deficiências.

Vimos ao decorrer desse trabalho leis que abordam que nas escolas com classes bilíngues e escolas bilíngues os alunos surdos devem aprender Libras como primeira língua e

Língua Portuguesa como segunda. Para a alfabetização de surdos nessas duas línguas Garcia (2021, p. 27) diz que é necessário que o aluno surdo aprenda a ler e escrever em sinais, para que esta sirva de ponte para a aquisição da segunda língua.

As atividades foram desenvolvidas pensando em crianças surdas e surdas com outras deficiências inseridas em classes bilíngues com crianças ouvintes. A primeira atividade é um jogo da memória com alfabeto em Libras e o alfabeto da Língua Portuguesa, cujo objetivo desse jogo é promover uma aprendizagem significativa e inclusiva, onde os estudantes possam trocar experiências e aprender um com o outro.

A segunda é um banco de palavras que poderá ser construído ao longo do ano letivo, onde cada semana terá um tema, por exemplo, a primeira semana com o tema “material escolar”, abaixo o nome dos materiais em ordem alfabética, com a imagem, o nome em caixa alta e com o nome em Libras. Seguindo o exemplo abaixo:

MATERIAL ESCOLAR		
	APONTADOR	
	BOLSA	

Fonte: produzido pela autora.

O banco de palavras será construído em uma cartolina para colocar no mural da sala e os alunos receberão uma cartela pequena para produzirem seu próprio banco igual ao exposto. Ao final irão colar no caderno para revisar sempre que necessário.

Além dessas atividades, podem ser incluídos nas aulas atividades com imagens, vídeos, história em quadrinhos e todo material de cunho visual, pois como afirma Dall’Alba:

A cultura surda pode ser entendida como a maneira de o surdo interpretar o mundo por meio da experiência visual, ou seja, a partir dessa experiência utilizamos no cotidiano artefatos visuais, fotos, vídeos e obras produzidas pelos sujeitos surdos. A primeira língua dos surdos, a língua de sinais, é o elemento principal da cultura surda e se faz muito presente na literatura surda. (DALL’ALBA, p.3, 2017.).

Incluir esses materiais nas aulas, considerando o currículo flexível e os interesses do aluno, pode tornar a aprendizagem mais prazerosa e inclusiva. Além disso, conhecer o perfil de cada estudante é fundamental para a elaboração dos materiais didáticos, respeitando o que a legislação prevê: a Libras como primeira língua de comunicação e o português escrito como segunda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, em princípio, o Distrito Federal demonstra oferecer uma educação aos estudantes surdos e surdos com deficiência. É o que foi demonstrado nos documentos pesquisados. A estratégia de matrícula orienta como esses alunos podem ingressar na rede pública e de que forma sua educação deve ser organizada.

A análise dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas com classes bilíngues e das escolas bilíngues do DF, permitiu uma compreensão aprofundada do ensino para estudantes surdos e surdos com deficiência. Observei que, embora cada instituição possua grupos com diferentes culturas de acordo com as regiões administrativas do DF, elas buscam chegar a resultados semelhantes: atender cada estudante de forma individualizada e planejar atividades voltadas para cada um deles contribuindo para o seu percurso ao longo da trajetória escolar.

A leitura dos PPPs também trouxe uma aproximação da rotina desses alunos, considerando o português escrito como segunda língua e a Libras presente em todos os espaços da escola.

Os artigos lidos evidenciaram que é possível a inclusão de estudantes surdos com outras deficiências em salas de aula regulares, desde que haja um corpo docente comprometido e receptivo a novas metodologias. Mesmo diante de desafios, como a carência de recursos didáticos, como mencionado no PPP da escola bilíngue do DF. Os artigos também permitiram perceber que cada estudante tem seu próprio ritmo e que a aprendizagem acontece de formas diferentes para cada um.

Além disso, as leis e decretos desempenham um papel fundamental nesse processo. Os normativos como a Lei Brasileira de Inclusão (2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Decreto (2005) que reconhece a Libras como língua oficial das comunidades surdas garantindo o direito ao atendimento especializado, ao acesso a língua de sinais e a eliminação de barreiras comunicacionais. Essas leis orientam as práticas pedagógicas e auxiliam a organização das escolas bilíngues assegurando que os estudantes surdos com ou sem outras deficiências tenham acesso a um ensino que respeite suas singularidades.

A educação de sujeitos surdos por muito tempo, como exposto ao longo do trabalho, teve suas lutas, o que contribuiu para a educação de surdos que existe hoje em dia e reforçando a importância de melhorias para que a educação deles seja eficaz e significativa.

PERSPECTIVAS FUTURAS

As minhas expectativas em relação com a pesquisa feita neste trabalho de conclusão de curso é a continuação dela por pessoas interessadas na área de educação de surdos e surdos com outras deficiências e que a pesquisa possa servir como ponto de partida para o melhoramento desse assunto.

Pretendo continuar pesquisando esse assunto no mestrado e conhecer a realidade de outras escolas com classes bilíngues do Distrito Federal. Meu desejo seria trabalhar em uma escola com classe bilíngue para conhecer na prática o desenvolvimento dos alunos surdos e surdos com outras deficiências.

Espero que minha pesquisa possa estar abrindo portas para que a ciência continue pesquisando e refletindo sobre a educação de surdos e surdos com outras deficiências.

REFERÊNCIAS

Site da Secretária de Estado e Educação do Distrito Federal: <https://www.educacao.df.gov.br/>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [Constituição](#)

BRASIL, MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [L9394](#)

BRASIL. **Lei nº 14.191**, de 3 de agosto de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. LBI nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Disponível em: [L13146](#)

DALL'ALBA, Carilissa; STUMPF, Marianne. Literatura surda: contribuições linguísticas para alunos surdos, os sujeitos da experiência visual na área da educação. **Revista Leia Escola**, v. 17, n. 1, p. 76-89, 2017.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de Dezembro de 2005. Disponível em: [Decreto nº 5626](#)

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 5.016**, de 11 de Janeiro de 2013. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/73222/ae604d3e.htm>

DISTRITO FEDERAL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: [Plano Distrital de Educação – PDE](#).

DISTRITO FEDERAL. **Portaria nº 252**, de 25 de Maio de 2021. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/6eccd5a8c0404698b07abf433a2cb024/Portaria_252_2_5_05_2021.html

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado e Educação. **Currículo em Movimento da Educação Básica Educação Especial**. 2015. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/cirriculo_movimento_ensino_especial.pdf.pdf

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Estratégia de Matrícula**. 2025. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2025/04/estrategia-de-matricula-2025.pdf>

GARCIA, Júlia de Souza. **Alfabetização de surdos e as práticas pedagógicas**. 2021. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

GUEDES, Betina S. et al. Educação de surdos: percursos históricos. **LOPES, Maura Corcini. Cultura surda e Libras. Unisinos**, p. 11-27, 2012.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em revista**, p. 61-79, 2011.

KUCHENBECKER, Liège Gemelli. **Inclusão na escola de surdos: estratégias de normalização dos sujeitos surdos down**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MARIANI BRAZ, Ruth Maria; FERREIRA, Alessandra Teles Sirvinskas; VILELA, Isabela Pinto. O discente surdo autista nas aulas de Educação Física. **Caminhos da Educação: diálogos culturas e diversidades**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 01–16, 2022. DOI: 10.26694/caedu.v4i1.2645.

NOGUEIRA, Tales Douglas Moreira. **A EDUCAÇÃO DO SURDO EM MINAS GERAIS: ASPECTOS LEGAIS**. AKRÓPOLIS - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 301–311, 2024. DOI: 10.25110/akropolis.v31i2.2023-021. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/10632>. Acesso em: 11 nov. 2025.

Oliveira, F. da S., Teixeira, C. S. de S., & Freitas, I. M. D. de. (2021). **Educação de surdos: repressões e conquistas**. *Diversitas Journal*, 6(2), 2606–2626. <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v6i2-1462>

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. **Simpósio Internacional repensando mitos contemporâneos**, v. 2, p. 16-25, 2019.

Vieira-Machado, L. M. C., & Rodrigues, J. R. **Olhar novamente para o Congresso Internacional de Educação para Surdos em Milão (1880): um desafio historiográfico**. (2022). *Revista Brasileira de História da Educação*, 22. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e202>